

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 651.952 - SP (2014/0281761-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP029120**  
                  **DENISE DE CASSIA ZILIO - SP090949**  
**AGRAVADO** : **SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE**  
                  **SÃO PAULO**  
**ADVOGADO** : **RENATA COSTA BOMFIM E OUTRO(S) - SP131915**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES, ORA NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO CONFIRMADA POR LAUDO PERICIAL, ONDE APONTADO, CONTUDO, VALOR MAIOR DO QUE O CONTROVERTIDO NA IMPUGNAÇÃO DECISÃO QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DA DIFERENÇA PELA EXEQUENTE, DEVIDAMENTE CORRIGIDA - CABIMENTO, SOB PENA DE AFRONTA AO QUE CONSTA DO TÍTULO JUDICIAL RECURSO IMPROVIDO" (fl. 205e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OMISSÃO EXISTENTE NO ARESTO QUANTO AOS JUROS QUE INCIDIRÃO SOBRE O VALOR A SER RESTITUÍDO PELA CREDORA NOS PRESENTES AUTOS - EMBARGANTE, CONTUDO, QUE NÃO PERFILHOU RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA NESTE PARTICULAR EMBARGOS ACOLHIDOS EM PARTE, APENAS PARA SANAR A OMISSÃO, ALTERANDO-SE O DISPOSITIVO PARA IMPROVIMENTO DO AGRAVO, NA PARTE CONHECIDA" (fl. 218).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, sustenta o agravante, além de dissídio jurisprudencial, violação do acórdão recorrido aos artigos 128 e 460 do CPC/2015, ao argumento de que "o v. acórdão, ao manter a decisão agravada, extrapola os limites da Impugnação, fixando valor menor que o incontroverso, determinando devolução de quantia não discutida na impugnação, valor incontroverso já levantado pela parte exequente. Portanto, é ultra petita" (fl. 234e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O recurso, todavia, não merece prosperar.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar o Agravo de Instrumento interposto contra a decisão que homologou laudo pericial, em ação de restituição de valores relativos à prestação de serviços de água e esgotos, manteve a decisão agravada afastando a tese de julgamento **ultra petita**, nos termos seguintes:

"Em anterior agravo de instrumento impugnou a ora recorrente o laudo judicial elaborado por perito imparcial para apuração de eventual excesso no montante exigido, tendo o v. aresto, transitado em julgado em 05 de abril de 2013 (Agravo de Instrumento nº 0000973-04.2013.8.26.0000), negado provimento ao recurso.

Não foi por outro motivo que o M.M. Juiz a quo, na decisão ora agravada, homologou a conclusão daquele trabalho técnico, o qual efetivamente confirmou que a credora estava cobrando mais do que o devido à luz do contido no título judicial, sendo de rigor a devolução do excesso pela credora que, de forma prematura, foi autorizada a levantar valores antes que uma avaliação contábil oficial do quantum debeatur fosse realizada.

O fato do montante apontado em impugnação ser inferior àquele indicado pelo experto do juízo não impede a devedora de receber o que pagou a mais, pois, além do enriquecimento indevido da exequente, a agravada só está obrigada a adimplir o que o título judicial estabeleceu como devido, nem um tostão a mais, respeitados posicionamentos em contrário

mencionados na minuta recursal, os quais não devem prevalecer ante as peculiaridades da hipótese concreta e fundamentos aqui perfilhados.

Não vislumbro, outrossim, decisão ultra petita, ou a alegada infringência ao contido nos artigos 128 e 460 do Estatuto de Ritos, porquanto os limites do libelo no tocante à impugnação na fase de cumprimento de sentença, cinge-se à existência de excesso de execução e não a valor específico que, equivocadamente, foi apontado

pela executada a este título, não sendo demais lembrar o brocardo *da mihi factum dabo tibi ius*.

Destarte, mesmo considerando o caráter filantrópico da agravante, eventual utilização do numerário precipitadamente levantado pela exequente, ainda que respaldado tal recebimento por decisão judicial, não afasta o dever de restituir numerário que, por cediço, pertence por direito a uma concessionária de serviço público, mas foi indevidamente retido à luz do que apurou o experto oficial" (fls. 206/208e).

Importa considerar que esta Corte possui o entendimento de que, reconhecido o excesso de execução por ato decisório com trânsito em julgado, não há óbice em determinar ao exequente que devolva a parcela declarada indevida, sem a necessidade de propositura de ação autônoma.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. VALOR DEPOSITADO. PARCELA INCONTROVERSA. ERRO DE CÁLCULO. NÃO OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO E DE PRECLUSÃO. ART. 463, I, DO CPC. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ART. 884 DO CC. DEVOLUÇÃO DO VALOR EXCEDENTE LEVANTADO.

1. Se, por erro de cálculo, o executado apresentou como incontroverso, em sua impugnação ao cumprimento de sentença, valor muito maior do que aquele que posteriormente o perito judicial entendeu como devido de acordo com os parâmetros fixados no título executivo judicial, ainda que realizado o depósito inicial e levantado pela parte exequente, o pedido de devolução da parcela excedente não é atingido pela preclusão ou pela coisa julgada.

2. Nada obstante o caráter definitivo da execução fundada em título judicial, depositado o montante para garantia do juízo, seu levantamento, na pendência de final desfecho da impugnação ao cumprimento de sentença, importa em plena assunção pelo exequente da responsabilidade pelos riscos de eventual êxito recursal do embargante.

3. Na fase de cumprimento de sentença, é viável deferir, nos próprios autos, a restituição ao executado da importância levantada a maior pelo credor, mediante sua intimação, na pessoa do advogado, para que devolva a parcela declarada indevida, observando-se o disposto nos arts. 475-B e 475-J do CPC, sem a necessidade de propositura de

ação autônoma.

4. O valor levantado a maior pelo exequente deve ser devolvido, sob pena de enriquecimento ilícito.

5. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.513.255/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 05/06/2015).

"RECURSO ESPECIAL - DECISÃO QUE CONFERE PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO (TRANSITADA EM JULGADO), RECONHECENDO EXCESSO DE EXECUÇÃO - RESTITUIÇÃO DO VALOR INDEVIDAMENTE LEVANTADO PELO EXEQUENTE NOS PRÓPRIOS AUTOS DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - POSSIBILIDADE - CELERIDADE DA SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONTIDA NO TÍTULO JUDICIAL - APLICAÇÃO DA MULTA CONSTANTE DO ARTIGO 475-J, APÓS A INTIMAÇÃO DA PARTE NA PESSOA DE SEU ADVOGADO - POSSIBILIDADE - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADO - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - A Lei n. 11.232/2005 teve por substrato tornar mais célere a satisfação da obrigação representada no título judicial, o que se dará, sem solução de continuidade, por meio de processo uno, sincrético (reunindo-se no mesmo processo a ação cognitiva e executiva). Por satisfação da obrigação representada no título judicial, deve-se compreender a definitiva composição entre as partes (exequente e executado) acerca do direito reconhecido na sentença;

II - Reconhecendo-se um crédito menor do que efetivamente apontado pelo credor, seja em razão da liquidação de sentença, seja em razão do provimento (parcial) à impugnação (ou dos embargos à execução, como in casu), eventual levantamento do valor depositado em juízo que transborde aquele efetivamente devido impõe ao credor, nos mesmo autos, a imediata restituição do excedente;

III - Admitir que o executado obtenha a restituição nos mesmos autos de cumprimento de sentença, sem permitir-lhe a correspondente utilização dos meios coercitivos previstos em lei para tal cobrança em ação autônoma, consubstanciaria medida inócua;

IV - Reconhecida, por decisão transitada em julgado (decisão que julgou os embargos do devedor), o dever do exequente restituir determinado valor indevidamente levantado, em se tratando de título executivo judicial, seu cumprimento deve-se dar nos mesmo autos (ou,

como in casu, no cumprimento de sentença), procedendo-se à intimação da parte na pessoa do seu advogado para que pague o valor devido, em quinze dias, sob pena de multa de 10% sobre tal valor, em observância ao disposto nos artigos 475-B e 475-J;

V - Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.104.711/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe de 17/09/2010).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. IMPORTÂNCIA LEVANTADA A MAIOR PELO EXEQÜENTE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTS. 475-I A 475-R DO CPC. RESTITUIÇÃO NOS AUTOS DOS EMBARGOS OU DA PRÓPRIA EXECUÇÃO. CABIMENTO. DESNECESSIDADE DE AÇÃO AUTÔNOMA.

1. Nada obstante o caráter definitivo da execução fundada em título judicial, depositado o montante para garantia do juízo, o seu levantamento, na pendência de final desfecho dos embargos opostos, importa em plena assunção do exeqüente da responsabilidade pelos riscos de eventual êxito recursal do embargante 2. Na fase de cumprimento de sentença ? arts. 475-I a 475-R do CPC ?, impedir a restituição ao executado, nos autos dos embargos ou da própria execução, de importância levantada a maior pelo credor não se harmoniza com a reforma instituída pela Lei n. 11.232/05, delineada, precipuamente, para a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional.

3. Reconhecido o excesso de execução por ato decisório com trânsito em julgado, não há óbice em determinar ao exeqüente, mediante intimação na pessoa do seu advogado, que devolva a parcela declarada indevida, observando-se o disposto nos arts. 475-B e 475-J do diploma processual, sem a necessidade de propositura de ação autônoma.

4. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.090.635/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe de 18/12/2008).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 83/STJ, **in verbis**: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço do Agravo para negar provimento** ao Recurso Especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora